



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Uso dos Indicadores de Segurança de Jornalistas (ISJs) da UNESCO

Um Guia Prático para Pesquisadores

2/11/2015

Uma iniciativa do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC) da UNESCO
com o apoio da Global Partners and Associates Limited

UNESCO

Divisão de Liberdade de Expressão e Desenvolvimento da Mídia
Setor de Comunicação e Informação
<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information>
7, Place de Fontenoy
75007 Paris, France

Uso dos Indicadores de Segurança de Jornalistas (ISJs) da UNESCO

Um Guia Prático para Pesquisadores

Conteúdo

1. Objetivo do Guia Prático de ISJs
2. Introdução aos ISJs
3. Os ISJs em relação aos Indicadores de Desenvolvimento da Mídia da UNESCO
4. Estrutura dos ISJs
5. Considerações metodológicas sobre o uso dos ISJs
6. Diretrizes para a apresentação dos relatórios nacionais de ISJs
7. Apêndice: Ferramentas para conduzir uma pesquisa no âmbito de avaliação dos ISJs (opcional)

1. Objetivo do Guia Prático de ISJs

Esta publicação é um guia para todos que procuram usar os Indicadores de Segurança de Jornalistas (ISJs) da UNESCO em nível nacional. Ele oferece diretrizes essenciais sobre como implementar os ISJs em um determinado país, e sobre como os dados resultantes podem ser utilizados.

2. Introdução aos ISJs

Os ISJs são desenvolvidos no contexto da aprovação do “Plano de ação das Nações Unidas sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade” pelo Conselho de Chefes Executivos e de sua estratégia de implementação para 2013-14. O objetivo dos ISJs é apontar problemas significativos que mostrem ou afetem a segurança de jornalistas e a questão da impunidade. Eles permitem mapear os aspectos principais que ajudam a avaliar até que ponto jornalistas podem fazer seu trabalho sob condições de segurança e determinar se o acompanhamento adequado é feito em caso de crimes cometidos contra eles; ou seja, se os criminosos são identificados e levados a julgamento. Os ISJs servem para identificar as ações que são tomadas pelas diversas partes interessadas relevantes pela promoção da segurança de jornalistas e pela luta contra a impunidade em nível nacional. Esses atores incluem as Nações Unidas, o Estado e atores políticos, as sociedades civis organizadas, os acadêmicos, e os meios de comunicação e intermediários.

Os ISJs servem especialmente como uma base sobre a qual mudanças podem ser sistematicamente registradas ao longo do tempo. Espera-se que essas mudanças representem progresso e tenham impacto positivo na segurança de jornalistas. Quanto às Nações Unidas, podem ajudar a UNESCO e outras agências da ONU a avaliar periodicamente até que ponto o “Plano de ação das Nações Unidas sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade” contribuiu para melhorar a segurança de atores dos meios de comunicação.

É importante destacar que não há a pretensão de que os indicadores sejam modelos universais, mas devem medir uma gama de aspectos relevantes que cumprem funções de mapeamento e

entendimento. São, portanto, descritivos, e têm o objetivo de analisar e não de recomendar. Nem todo indicador se aplica a todos os contextos. Contudo, todos os relatórios dos ISJs publicados por ou em cooperação com a UNESCO devem abranger todas as cinco categorias (A-E) dos indicadores, incluindo estatísticas de segurança e impunidade (categoria A), bem como as ações de todos os quatro principais grupos de interesse (as categorias B-E). As conclusões publicadas devem indicar os casos em que determinados indicadores-chave não foram incluídas (e explicar se isso é por razões de inadequação, de ausência de dados, porque os dados não terem sido recolhidas em um determinado indicador-chave, ou devido a outras causas).

3. Os ISJs em relação aos Indicadores de Desenvolvimento de Mídia da UNESCO

Os ISJs estão ligados aos Indicadores de Desenvolvimento de Mídia (IDMs) da UNESCO, que foram aprovados pelo Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação da UNESCO em 2008 como uma ferramenta singular de diagnóstico para avaliação de paisagens midiáticas. Eles oferecem mais detalhes sobre os indicadores gerais de segurança estabelecidos no âmbito dos IDMs, parágrafos 3.13 e 3.14.

Assim, os ISJs utilizam o mesmo sistema de pesquisa que os IDMs, girando em torno de três elementos principais: os indicadores, os meios de verificação e as possíveis fontes de informação.

As diretrizes contidas neste documento referem-se a avaliações de ISJ conduzidas independentemente de um estudo completo de IDM. Elas dizem respeito somente a questões de segurança e impunidade. No entanto, os ISJs podem ser usados também no contexto de uma avaliação geral do cenário nacional dos meios de comunicação baseada nos IDMs, caso haja recursos orçamentários suficientes à disposição. Ao aplicar os IDMs em países onde questões de segurança e impunidade representam desafios importantes, pode ser particularmente apropriado adicionar um capítulo dedicado à segurança baseado no uso dos ISJs.

4. Estrutura dos ISJs

O instrumento tem um número de indicadores específicos agrupado sob as várias categorias. A primeira categoria de indicadores tem o objetivo de oferecer uma visão geral do estado da segurança de jornalistas em um dado país, enquanto as categorias subsequentes consideram diversas partes interessadas: ONU, atores políticos e do Estado, sociedades civis organizadas e acadêmicos, e os meios de comunicação e intermediários em relação aos seus papéis e ações quanto aos problemas na segurança de jornalistas.

5. Considerações metodológicas sobre o uso dos ISJs

O planejamento metodológico do exercício de avaliação de ISJs deve acomodar três demandas que, por vezes, competem entre si: coletar informações confiáveis e sensíveis aos indicadores e subindicadores; operar dentro das limitações de custos e recursos; e fomentar uma ampla relação de confiança com as diversas partes interessadas nacionais.

Duração

A duração prevista para o uso dos ISJs é de quatro a seis meses de trabalho por um especialista em tempo integral, o que pode se estender por mais meses ou ser realizado por uma equipe maior. A

duração também depende dos métodos de pesquisa selecionados (por exemplo, um levantamento detalhado pode tomar mais tempo); do número e variedade de partes interessadas envolvidas em conduzir atividades relacionadas à segurança; e de complexidades e contingências.

Orçamento

Avaliação básica de ISJs:

Estima-se que um orçamento mínimo de US\$ 10.000 seja necessário para a aplicação básica de ISJs, embora esse montante possa variar dependendo do tamanho do país em questão, e dos preços praticados por consultores locais. Esse orçamento deve contemplar os custos necessários para contratar um pesquisador-chefe, de preferência local (incluindo assistentes se necessário) pelo equivalente ao período de quatro a seis meses de trabalho em tempo integral. Como indicado acima, esse volume de trabalho pode, no entanto, ser distribuído entre uma equipe maior e/ ou por um período de tempo mais longo.

Avaliação aprofundada de ISJs:

Recursos adicionais poderiam viabilizar uma análise mais detalhada e abrangente dos indicadores, usando uma combinação mais elaborada de métodos de pesquisa, incluindo, por exemplo, um levantamento de jornalistas, entrevistas com um número maior de partes interessadas relevantes e a organização de uma conferência para validação em âmbito nacional. Recursos adicionais também podem ser necessários para custos de tradução e publicação. Um processo de avaliação de ISJs envolvendo todos esses elementos pode precisar de um orçamento de até US\$ 40.000.

*(Ver a parte final da seção **Métodos de pesquisa combinados** para maiores detalhes)*

Abordagem programática

Avaliações de ISJs são planejadas para serem feitas no contexto da implementação do “Plano de ação das Nações Unidas sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade”. Isso significa que devem ser conduzidas com vistas a contribuir para uma abordagem colaborativa e programática da segurança de jornalistas no país. Avaliações de ISJs podem, então, ser usadas para ajudar o país em questão a desenvolver uma estratégia nacional de segurança e para orientar as intervenções das partes interessadas atuantes no espaço nacional (governo, ONU, outras organizações internacionais, sociedades civis organizadas, meios de comunicação, intermediários da internet etc.), fornecendo informações que ajudem os atores a identificar prioridades.

Equipe de pesquisa

Recomenda-se que o processo seja encabeçado por um especialista nacional ou uma organização especializada em questões de segurança de jornalistas. A equipe deve ser respeitada e independente nacionalmente, e deve possuir grande capacidade de pesquisa, preferencialmente com alta qualidade acadêmica.

Abordagem por diversas partes interessadas

Independentemente de quem assume a coordenação, é útil envolver uma variedade de partes interessadas no processo de levantamento de dados. Assim, o trabalho pertencerá a mais atores e inspirará mais confiança no relatório e nos dados levantados. Também aumenta o escopo das especialidades. Isso pode ser alcançado por meio de entrevista com uma ampla gama de partes interessadas, contando com extensiva documentação de apoio. Adicionalmente, uma abordagem mais estruturada consistiria em reunir um conselho consultivo formal para conduzir e dar parecer sobre o trabalho durante o processo. Nesse caso, a participação coletiva no conselho deve ser largamente representativa de todas as partes interessadas. A organização ou o especialista

Uso dos Indicadores de Segurança de Jornalistas

coordenador da pesquisa pode interagir com o grupo consultivo de diversas maneiras: por exemplo, pedindo que deem parecer crítico sobre as primeiras versões. Se não houver a possibilidade de organizar um conselho, pode ser útil que se faça uma reunião consultiva com partes interessadas relevantes para debater como uma pesquisa usando os ISJs pode ser conduzida de modo a alcançar os melhores resultados possíveis.

É provável que uma ampla gama de partes interessadas se interesse pelo processo de avaliação; por isso, devem estar nele envolvidas de uma ou outra maneira. Isso inclui:

ONU: coordenador residente da ONU, representante nacional da UNESCO, consultor de comunicação e informação da UNESCO ou oficial de programa nacional, representantes nacionais de outras agências da ONU relevantes, fundos ou programas ou seus pontos focais (se for o caso) nomeados para trocar informações quanto ao Plano da ONU ou a questões de mídia, oficiais do Centro de Informações da ONU, organismos da ONU que trabalham com jornalistas de alguma forma e têm interesse em sua segurança;

Outras agências internacionais intergovernamentais ou não governamentais presentes no país e atuantes com interesse especial em promover questões de segurança de jornalistas;

Atores políticos e do Estado: ministros do governo e outros oficiais, servidores públicos de altos cargos, membros do congresso e bancadas congressistas relevantes, outros oficiais eleitos, líderes de partidos políticos, comissões de direitos humanos, ouvidores, forças policiais, militares, instituições especializadas, promotores públicos, reguladores de difusão por meios de comunicação;

Sociedades civis organizadas e acadêmicos: representantes da mídia local, organizações atuantes em liberdade de expressão e todas as áreas de direitos humanos; outros organismos cívicos, organismos representantes de profissionais do direito; assim como organizações dedicadas a questões de gênero, estado de direito e outros tópicos relevantes, acadêmicos de instituições de educação em jornalismo, instrutores de mídia;

Atores de mídia: jornalistas*, equipes de gravação de audiovisual e técnicos, tradutores, especialistas em reparos e todo o pessoal de suporte, editores, administradores e proprietários de todos os tipos de veículos de comunicação: mídia impressa, televisiva, radiofônica e digital; comercial, pública e comunitária; líderes de sindicatos de jornalistas e organismos profissionais; organismos de autorregulação;

* Nota: no caso de jornalistas, devem representar, idealmente, todas as regiões do país e deve haver uma boa variedade quanto a:

- Mulheres/homens;
- Tipo de jornalismo (por exemplo, jornalismo geral, fotojornalismo, jornalismo investigativo, noticiário criminal, ambiental etc.);
- Contrato fixo; *freelance*; jornalistas cidadãos (entendidos como produtores de mídia social que geram conteúdo significativo de jornalismo de interesse público);
- Faixa etária e nível de experiência.

Intermediários: representantes de empresas de telecomunicação do Estado (em geral provedores de linhas fixas), provedores relevantes de rede de celular, provedores relevantes de TI e serviços de internet, outros atores relevantes da internet.

Não se deve perder de vista que um objetivo de longo prazo do processo inclui treinar atores locais para que entendam e avaliem questões de segurança relacionadas a jornalistas, e isso deve ser levado em conta no planejamento da metodologia.

Métodos de pesquisa mistos

A avaliação será feita usando-se dois tipos diferentes de ferramentas: análise de material publicado anteriormente; e novos dados de pesquisa coletados de pessoas. Isso significa que pode-se coletar informação de várias fontes para cada indicador, resultando em um rico repositório.

A primeira ferramenta coleta informações levantadas por meio da revisão de material publicado, incluindo análise de leis, políticas e regulamentações vigentes quanto à segurança de jornalistas. Essa ferramenta possibilita o conhecimento de fatos objetivos sobre o cenário midiático tal como a presença ou ausência de certas leis, ou provisões regulatórias específicas. Os pesquisadores devem consultar, entre outros, leis relevantes, relatórios de grupos de mídia e liberdade de expressão, e uma gama de outras informações (muitas das quais disponíveis *online*) tais como artigos de notícias, declarações e alertas publicados. Relatórios globais de ONGs e organizações intergovernamentais também podem ser recursos úteis já que, embora geralmente não concentrem-se especificamente no país sob avaliação, podem muitas vezes, não obstante, fornecer informações nacionais confiáveis e verificáveis, assim como permitir que se tenha uma perspectiva comparativa do progresso no país sendo avaliada. Para maiores detalhes, favor consultar as fontes de dados e a bibliografia inclusa dos ISJs.

A segunda ferramenta consiste em informações novas geradas pela interação com partes interessadas como equipes da ONU, organizações internacionais atuantes no país, grupos da sociedade civil local, equipes políticas e funcionários do governo, organizações de mídia, jornalistas e organizações de treinamento etc. Ela envolve a colaboração com atores locais que trabalham em ou tiveram perspectiva privilegiada de uma ou mais das dimensões contempladas pelos indicadores de segurança. O uso de citações diretas de entrevistas e debates no relatório é desencorajado. Alguns informantes podem não querer ser citados, opção que deve ser permitida, embora seja preferível identificar fontes. No entanto, em casos de anonimato, seria importante sinalizar a situação da fonte (por exemplo, “um oficial do ministério do interior”). Quaisquer diferenças evidentes não devem ser niveladas, mas devem ser refletidas em termos de diversidade, quando da apresentação dos dados coletados no relatório narrativo.

Em suma, usando-se as duas ferramentas, os seguintes elementos podem ser combinados para coletar informações para a avaliação de ISJs:

- Abrangente revisão de literatura em relatórios e dados existentes (essa pesquisa provavelmente será qualitativa, embora possam haver dimensões quantitativas tais como as estatísticas sobre: cobertura da mídia de questões de segurança; número de jornalistas mortos; número de casos investigados; número de casos resolvidos; porcentagem de mulheres entre os mortos/ameaçados ou assediados; número de cursos de treinamento de segurança conduzidos no ano anterior etc.).
- Análise de leis, regulamentações e políticas vigentes (essa pesquisa provavelmente será qualitativa).
- Consultas com as diversas partes interessadas envolvidas com questões de segurança de jornalistas em nível nacional na forma de entrevistas, estruturadas ou não, grupos focais ou conversas informais (consistindo provavelmente em pesquisa qualitativa, o que significa que

os dados não estarão sujeitos a representação estatística, mas sim à extrapolação de *insights* ou observações empíricas).

- Levantamentos de dados por meio de pesquisa (ver Apêndice para mais detalhes). Se for feita pesquisa, pode-se contratar um instituto especializado para garantir qualidade profissional (uma pesquisa de levantamento de dados não deve necessariamente procurar coletar informações que podem ser agrupadas em estatísticas, embora – dependendo do tamanho da amostragem – ela possa frequentemente servir a propósitos quantitativos válidos e valiosos).

É importante notar que as informações reunidas usando esses diversos métodos de pesquisa (revisão de relatórios, entrevistas e levantamento de dados) não devem ser tratadas separadamente ou duplicadas no relatório. Ao contrário, é preciso combinar e comparar as informações coletadas por meio desses diferentes métodos de pesquisa para contemplar cada indicador, garantindo a triangulação na pesquisa.

Para uma avaliação básica de ISJs conduzida com orçamento limitado, a ênfase em termos do processo de consulta deve ser nos grupos focais e não nas entrevistas individuais, que são mais custosas e gastam mais tempo. É mais provável que isso seja viável para atores da mídia e da sociedade civil. A vantagem dos grupos focais é que eles permitem ao pesquisador que reúna os pareceres de um grande número de partes interessadas em curto prazo e a um preço razoável. Também viabilizam a compilação de diferentes pontos de vista, já que não precisam chegar a um consenso enquanto grupo. Em alguns casos, no entanto, é possível que seja mais viável conduzir entrevistas individuais do que tentar convocar as partes interessadas para os grupos focais. Exemplos de atores a quem recomenda-se entrevistar individualmente, mesmo quando os recursos orçamentários são limitados, incluem representantes do governo e outros atores políticos, empregados da ONU e intermediários da mídia.

Para uma avalição aprofundada de ISJs feita com um orçamento folgado, recomenda-se fazer mais entrevistas individuais com as diversas partes interessadas. Ao preparar as entrevistas, pode ser útil desenvolver diferentes grupos de perguntas para diferentes partes interessadas baseando-se no conhecimento e na especialidade que se espera que essas partes interessadas tenham. Na medida em que informações são coletadas e as áreas tanto fortes quanto fracas do levantamento de dados – incluindo áreas em que as respostas são divergentes – ficam evidentes, o(s) pesquisador(es) pode(m) desejar ajustar as questões propostas aos entrevistados. Isso difere de um levantamento durante o qual, após uma fase piloto, o questionário é mantido como padrão até o fim do exercício; em particular, ele pode desejar concentrar-se em áreas em que o levantamento de dados ainda seja fraco, e em que diferentes partes interessadas deem diferentes respostas à mesma pergunta. Grupos focais também podem ser úteis aqui para reunir atores para discutir e contribuir em questões específicas para as quais não tenha sido possível coletar informações claras ou suficientes por meio do processo de entrevistas.

No caso tanto de avaliações básicas quanto aprofundadas, pesquisas teóricas preliminares usando revisão de literatura e análise de leis, políticas e regulamentações vigentes são pré-requisito.

Combinando informações qualitativas e quantitativas

Como indicado anteriormente, avaliações baseadas nos indicadores envolverão informações tanto qualitativas quanto quantitativas.

Uso dos Indicadores de Segurança de Jornalistas

Para parte dos dados quantitativos, os indicadores terão de ser transformados em perguntas adequadas para as quais se possa associar números (por exemplo, em uma escala de 1 a 5). Em casos de números divergentes (por exemplo, número de jornalistas mortos em um certo período de tempo), todos os casos documentados devem ser citados.

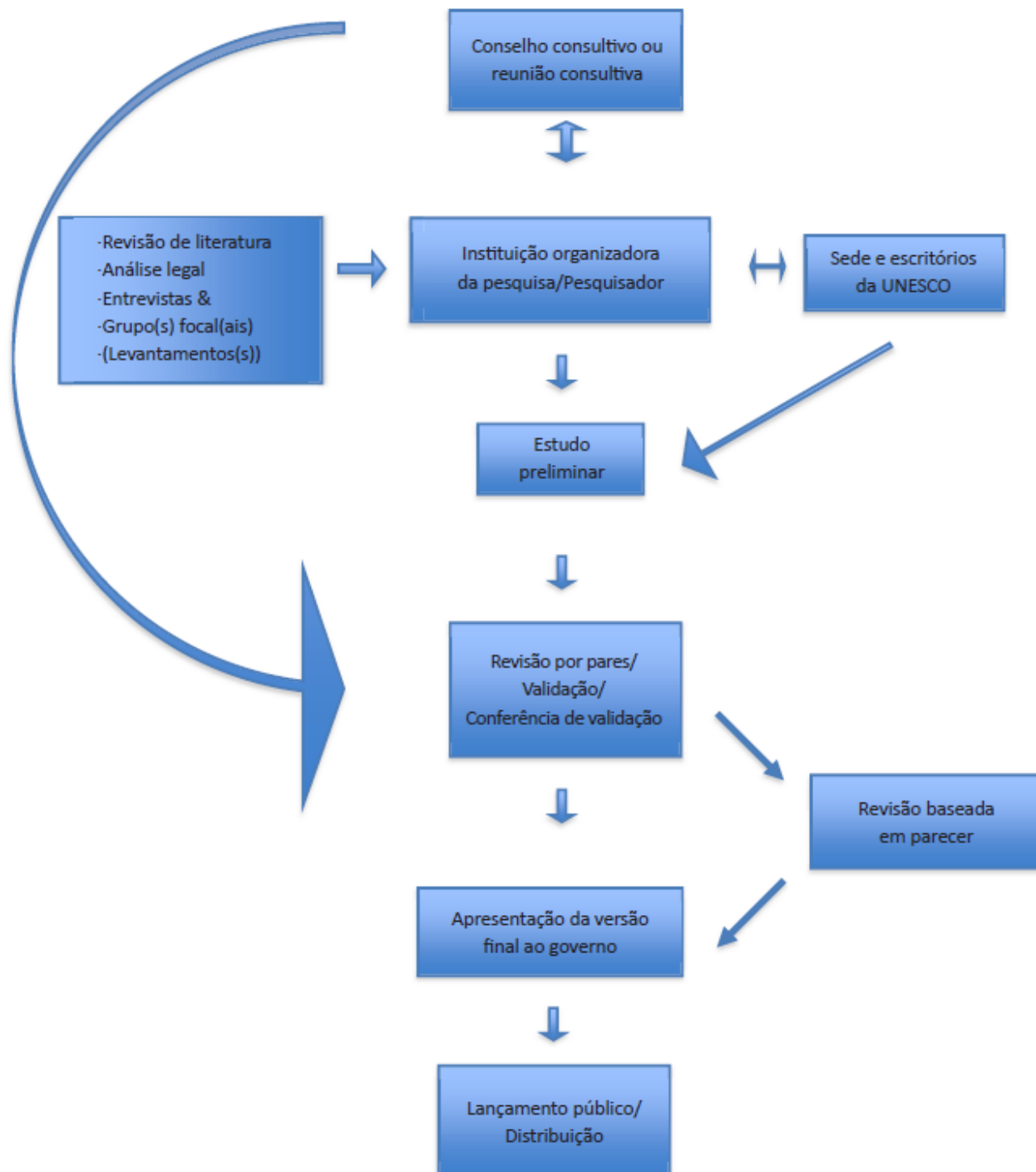
Para os dados qualitativos, os indicadores pedem a elaboração de perguntas que resultem em informações fatuais ou de natureza mais especulativa. Tais dados podem vir de material publicado, fontes humanas ou observação em campo.

Onde for possível, os dados quantitativos e qualitativos devem ser combinados e analisados de maneira que os resultados possam ser elaborados não somente como itens individuais de informação, mas sim como significados que carreguem conteúdo mais representativo. Em alguns casos, isso significa agregar dados quantitativos (médias, por exemplo) e interpolar dados qualitativos, como estudos de caso, citações e depoimentos, para sinalizar questões mais gerais. No entanto, os indicadores devem conduzir a resultados baseados em evidências até onde for possível, e qualquer ponto mais abrangente deve ser claramente fundamentado em vez de ser puramente especulativo ou presumido.

Período a ser contemplado pelo relatório

O relatório deve observar eventos, desenvolvimentos e atividades que se desenrolaram apenas no período de 12 meses antes da avaliação. Eventos ou atividades de maior alcance relacionados a segurança que tenham ocorrido antes desse período podem ser mencionados brevemente na introdução.

Organização de um processo aprofundado de avaliação de ISJs



Advertência

O uso desses indicadores não é uma ciência perfeita, pois o exercício (apropriadamente) envolve seleção e interpretação de acordo com a tarefa e o contexto empírico. Além disso, informações afins não são sempre facilmente estabelecidas em princípio, e frequentemente não estão disponíveis mesmo quando se contempla questões mais diretas. Por exemplo, mesmo indicadores sobre o número de mortes dependem de quem é definido como jornalista e se a morte do indivíduo foi consequência de seu trabalho. A pesquisa de ISJs deve refletir a gama de medidas quanto ao país em questão. Usos subsequentes (como, por exemplo, um ano depois) podem apontar quaisquer mudanças e diferentes números em cada medidor em questão.

Indicadores principais vs subindicadores

Os subindicadores listados sob cada indicador principal devem ser considerados até onde for possível, pois representam aspectos diversos que devem ser observados para que se tenha uma visão completa da situação relacionada a cada indicador principal. No entanto, é mais importante que todas as principais categorias de indicadores (A-E) sejam cobertas, não deixando qualquer categoria totalmente fora da discussão, e que o relatório aborde preferencialmente todos os indicadores principais, pelo menos.

Se um determinado indicador principal não é coberto, a razão disso deve ser claramente indicada. Pode ser que o indicador não é relevante para um determinado contexto, a informação não estava disponível sobre um determinado indicador, os dados não foram recolhida por várias razões, ou há outras razões similares. Pode-se encontrar alguma indicação da situação, na maioria dos casos, por meio de extrapolação de estudos de caso e informações compiladas nas entrevistas ou outras consultas, como mencionado anteriormente.

Também recomenda-se que os pesquisadores revisem toda a gama de indicadores antes de iniciar o processo de avaliação para evitar repetições ou coincidências entre os indicadores. Deve-se notar particularmente que os mesmos indicadores aparecem diversas vezes no documento mas dizem respeito, em cada caso, às atividades de um ator diferente (ONU, atores políticos e de Estado, sociedades civis organizadas e acadêmicos, ou mídia e intermediários) relacionadas a esse indicador.

Alguns indicadores contemplam um aspecto particular do estado de segurança. Outros contemplam os processos que impactam na segurança. Nesse segundo caso, eles geralmente designam resultados e produtos de atividades (ou sua ausência), ao invés de atividades muito específicas ou resultados de longo prazo. Em muitos casos, portanto, o pesquisador será responsável por registrar resultados quanto a um indicador específico baseando-se na presença (ou ausência) de determinadas atividades subjacentes. Essas atividades podem ser: reuniões multi e bilaterais; apoio ou esforços para influenciar desenvolvimentos legislativos e de políticas e consultoria no *design* institucional do processo jurídico criminal; conferências e seminários; treinamentos e oficinas; programas e projetos de desenvolvimento de mídia; atividades inovadoras *online* e qualquer outro tipo de ação que se relacione com o indicador de segurança.

Desmembrando dados e assegurando uma abordagem sensível a questões de gênero

Pesquisadores devem levar em conta, em vários casos, o valor do desmembramento de resultados em diretrizes significativas tais como: gênero, jornalistas locais/nacionais, contratos fixos/*freelance*, minorias étnicas ou religiosas (quando relevante). Uma abordagem sensível a questões de gênero

também deve ser adotada quando os pesquisadores, entrevistados e pares revisores forem selecionados, bem como ao longo de todo o relatório. Todas as publicações da UNESCO estão sujeitas a uma lista de verificação de igualdade de gênero antes da publicação.

Revisão por pares

Para garantir a precisão, a qualidade e a credibilidade dos relatórios de avaliação e, assim, a legitimidade das recomendações, é essencial que seja feita revisão por pares (*peer review*) por um ou, idealmente, vários especialistas. Esses especialistas devem agregar *expertise* em questões de segurança na mídia, particularmente em relação a questões legais, com um bom conhecimento da situação da mídia no país. A UNESCO normalmente publicará uma versão beta com uma chamada para comentários antes de lançar um relatório final.

Parcerias com outras organizações

Quando os ISJs são feitos em parceria com outros atores tais como agências da ONU, ou ONGs, é importante ter clareza sobre os mecanismos de autoridade editorial final e sobre como cada parceiro será mencionado nos créditos.

6. Diretrizes para a apresentação dos relatórios nacionais de ISJs

Estrutura

Os relatórios nacionais de ISJs contendo informações compiladas durante o processo de avaliação devem ser estruturados em torno das oito seções seguintes:

1. Introdução
2. Resumo dos resultados
3. Visão geral da situação da segurança de jornalistas no país (Categoria A)
4. Os papéis e a resposta do Estado e de outros atores políticos (Categoria B)
5. Os papéis e a resposta das sociedades civis organizadas e da academia (Categoria C)
6. Os papéis e a resposta da mídia e dos intermediários (Categoria D)
7. Os papéis e a resposta do Sistema ONU e de outros atores extranacionais com presença no país (Categoria E)
8. Conclusão.

As seções 3 a 7 (contemplando as cinco categorias de indicadores) devem ser estruturadas em torno dos indicadores principais e subindicadores, que devem figurar claramente no relatório. Deve ser possível, portanto, ao leitor, procurar qualquer indicador para ter uma ideia da situação no que diz respeito àquele indicador principal. A informação dada sobre cada indicador deve preferencialmente ser concisa, 5-10 linhas por indicador.

Os ISJs não têm o objetivo de produzir recomendações publicadas. Em vez disso, os resultados de qualquer uso dos indicadores devem ser disponibilizados como um recurso (entre outros) para partes interessadas que estejam formulando estratégias ou acompanhando mudanças em dados de referência por um período de tempo. Eventuais recomendações produzidas podem ser fornecidas por outro processo de partes interessadas como um documento separado.

Estilo

O estilo usado na redação do relatório deve ser objetivo, sem adjetivos emocionais ou alegações radicais. As frases devem ser claras e concisas e deve-se evitar repetições e formulações vagas. Declarações que possam ser negativas quanto a uma parte interessada em particular devem sempre ser fundamentadas, ou seja, embasadas por argumentos, estatísticas, exemplos e pelas fontes da informação em questão. O relatório deve ser fatural o suficiente de modo que partes interessadas diversas e mesmo opositoras possam concordar quanto a seu conteúdo, mesmo que tenham diferentes posições sobre quem é responsável ou o que deve ser feito.

Fontes

Toda informação específica como definições de termos, estatísticas e citações deve ser baseada em fontes confiáveis e essas fontes devem ser adequadamente citadas (autor, data de publicação, título, editora e *link*, se possível) por meio de referências adequadas, incluindo notas de rodapé e uma bibliografia.

Resumo

Um resumo dos resultados mais importantes deve ser incluído no início do relatório. O resumo deve conter os principais resultados em todas as principais categorias de indicadores (A-E), bem como refletir questões de gênero. A impunidade de crimes contra jornalistas deve ser discutida como um item separado no resumo.

Apresentação ao Conselho de Publicações da UNESCO

Uma proposta de publicação do relatório deve ser enviada ao Conselho de Publicações da UNESCO pelo menos três meses antes da publicação. Os pormenores sobre a publicação e impressão precisam ser previamente acordados com a UNESCO.

Apêndice – Ferramentas para levantamento de dados no âmbito da avaliação de ISJs (opcional) Estratégia de amostragem

A seleção dos entrevistados para o estudo pode seguir uma estratégia proposital de amostragem ou uma estratégia de amostragem representativa típica de estudos estatísticos.

Levantamentos representativos podem ser úteis para estudos deste tipo. No entanto, em sociedades em conflito, podem haver impedimentos práticos. Ademais, muitas vezes pode haver a limitação da quantidade de recursos disponíveis para o estudo. Orçamento e prazo limitados podem impedir um estudo representativo da totalidade de jornalistas, veículos midiáticos ou organizações de apoio atuantes no país. Também pode haver uma falta de dados administrativos que forneceriam um enquadramento à amostragem. Por exemplo, pode não existir uma lista confiável de veículos da mídia nos países ou um registro preciso de jornalistas.

É preciso que haja uma estratégia alternativa, portanto, que ofereça uma ampla gama de perspectivas sobre o estado de segurança de jornalistas no cenário midiático específico. A UNESCO, com a consultoria de seus parceiros locais, pode ajudar a identificar quem seriam os entrevistados de fato. A amostragem proposital, portanto, envolve a seleção deliberada de entrevistados que têm uma perspectiva que deve ser contemplada, enquanto a amostragem representativa envolve uma seleção randômica de entrevistados de um tipo particular em uma quantidade que garanta razoavelmente que a variação, dentro de variáveis quantificadas no escopo da amostragem, será muito semelhante à variação da população como um todo.

Etapas para conduzir um levantamento

Qualquer que seja a estratégia de amostragem escolhida, as etapas apresentadas abaixo devem ser seguidas na execução de um levantamento. Como mencionado anteriormente, em alguns casos – particularmente quando se está fazendo um levantamento específico – pode ser aconselhável terceirizar a tarefa a uma instituição especializada.

- Etapa 1:** Grupos-alvo. Deve haver um questionário específico para cada um dos principais grupos-alvo (isto é, jornalistas, organizações de treinamento etc.).
- Etapa 2:** Amostragem. O parceiro local consultor da UNESCO selecionará a amostragem e fornecerá uma lista de indivíduos ou organizações para cada grupo-alvo.
- Etapa 3:** Organizar entrevistas. Uma vez que se tenha uma lista de organizações e indivíduos a serem abordados, deve-se começar a entrar em contato com os potenciais entrevistados. Explique o contexto do projeto; por exemplo: Este é um projeto de pesquisa conduzido pela UNESCO (em parceria com X, se for o caso) para avaliar a segurança no jornalismo em XXX. O objetivo desta pesquisa é XXX. Os questionários podem ser preenchidos tanto por meio de entrevistas presenciais quanto pelo telefone ou Skype, por isso assegure-se de que o método escolhido seja conveniente para o entrevistado. Se você estiver entrevistando vários empregados de uma mesma organização, pode ser mais fácil ir até o local e fazer as entrevistas de uma só vez. Um método alternativo para fazer a entrevista é via email.
- Etapa 4:** Entrevistas. O questionário de pesquisa foi feito de maneira a conduzi-lo por cada pergunta. Leia a pergunta ao entrevistado e então leia as opções de resposta. Os entrevistados podem mudar suas respostas durante a entrevista.
- Etapa 5:** Digitar os resultados das entrevistas. Após um dia de entrevistas, deve-se digitar as

respostas em cópias eletrônicas separadas de formulários de pesquisa (em formato Word .doc ou .docx) para serem enviados. Todas as respostas de múltipla escolha ou fixas devem ser destacadas em amarelo. E quaisquer respostas qualitativas devem ser digitadas no espaço fornecido abaixo de cada pergunta.

Etapa 6:

Enviar o material. Uma vez completadas as entrevistas, todas as versões eletrônicas dos formulários de pesquisa deverão ser enviadas, por e-mail, para [nome da organização coordenadora], por meio do endereço [incluir e-mail]. Também deverá ser enviada cópia impressa dos formulários de pesquisa para [nome da organização coordenadora] no endereço [incluir endereço postal].

Informações de contato (em inglês):

Ms Saorla MCCABE
Assistant Programme Specialist
Communication and Information Sector (CI)
E-mail: s.mccabe(at)unesco.org
Tel: 33-1 45 68 42 62